

A importância do Projeto Político Pedagógico no processo de democratização da escola

Neide Cavalcante Guedes¹ 

Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil

Resumo

Este artigo trata das questões relacionadas ao Projeto Político-Pedagógico como objeto de estruturação do processo de democratização da escola, visando uma análise sobre a sua importância na gestão democrática enquanto meio de execução do planejamento participativo. Está organizado a partir de estudos sobre a temática, dentre os quais destacamos Libâneo (2004), Paro (2003), Veiga (2008), Vieira (2002) e Gandin (1994). O estudo fundamenta-se no exercício da democracia quando da construção e efetivação do Projeto Político Pedagógico - PPP, ao mesmo tempo em que propõe uma vivência política no trabalho pedagógico e está constituído de três partes. Na primeira fazemos algumas considerações sobre a gestão democrática. Na segunda parte tratamos das implicações do uso dessa ferramenta para que seus atores internalizem os princípios democráticos, e finalmente apresentamos os resultados que apontam no sentido de que o gestor tem consciência da importância desse instrumento, mas muitas vezes a falta de conscientização dos demais sujeitos da escola contribui para que esse não seja plenamente operacionalizado.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Democracia. Planejamento Participativo. Gestão Escolar.

The importance of the Political Pedagogical Project in the school democratization process

Abstract

This article deals with issues related to the Political-Pedagogical Project as an object of structuring the school's democratization process, aiming at an analysis of its importance in democratic management as a means of implementing participatory planning. It is organized based on studies on the theme, among which we highlight Libâneo (2004), Paro (2003), Veiga (2008), Vieira (2002) and Gandin (1994). The study is based on the exercise of democracy when building and implementing the Political Pedagogical Project - PPP, at the same time that it proposes a political experience in the pedagogical work and consists of three parts. In the first, we make some considerations about democratic management. In the second part we deal with the implications of using this tool so that its actors internalize democratic principles, and finally we present the results that point out that the manager is aware of the importance of this instrument but often the lack of awareness of the other school subjects contributes so that it is not fully operationalized.

Keywords: Political Pedagogical Project. Democracy. Participatory Planning. School Management.

1 Notas introdutórias

2

O Projeto Político Pedagógico – PPP, principal documento direcionador da escola, tem como objetivo principal orientar o trabalho desenvolvido em todas as instâncias que nela estão inseridas ou associadas e envolve questões administrativas, pedagógicas e políticas. Sua principal finalidade é estabelecer vínculos estratégicos entre as circunstâncias atuais da escola e a realidade almejada por seus membros. Para isso o PPP deve estar em constante análise para favorecer as aberturas necessárias para os novos rumos daquele espaço educativo, ou seja, ele não deve ser simplesmente construído e arquivado, mas constantemente reavaliado e discutido.

Buscando identificar em que aspectos o Projeto Político-Pedagógico - PPP pode ser elemento estruturante do processo de democratização da escola. Objetivando compreender como o projeto político-pedagógico pode ser um instrumentalizador de práticas democráticas este estudo se constituiu a partir das seguintes questões: o que é o Projeto Político-Pedagógico? É importante a participação dos diferentes segmentos da escola nessa construção? Partimos do pressuposto de que o entendimento de que com este projeto, tendo inserido em suas metas intenções democráticas e permitindo-se a sua operacionalização, irá instituir dentro da escola hábitos e valores voltados para a vivência democrática.

Os novos rumos assumidos pelas políticas educacionais se direcionam para a construção de uma escola autônoma e participativa na construção de ferramentas pedagógicas voltadas para a cidadania. e edificação de uma escola mais ousada, que repense e planeje suas próprias ações, que se comprometa com a realidade da educação nacional em sintonia com a realidade educacional local e que aborde os princípios democráticos de liberdade de escolhas e igualdade de direitos.

Ao mesmo tempo, articular o grupo para tornar esses anseios uma realidade, é de fundamental importância, pois esses vivenciam a escola tal como ele é. O trabalho coletivo organizado e intimamente internalizado propicia aos profissionais da educação e demais membros da escola a prática e a construção de um ambiente de respeito e de tolerância. Nesta perspectiva, Alonso (2002) destaca

que o trabalho coletivo só é possível em um ambiente democrático onde os indivíduos não se sintam oprimidos ou pressionados ao propor ideias.

Nessa perspectiva vale ressaltar que o projeto político-pedagógico não deve ser construído sem uma gestão participativa para que não o torne elemento meramente burocrático, e fechado em si mesmo. Isso porque a gestão democrático-participativa assume condição de peça-chave para dar sentido e criar ações baseadas nos objetivos discutidos com a comunidade escolar e local, e que serão responsáveis pela operacionalização do PPP.

3

2 Gestão escolar democrática: a construção da autonomia da escola

O processo de descentralização vivido pelas escolas brasileiras desde a década de 1980 trouxe novas oportunidades de reorganização e reestruturação da educação. Um deles é a construção da autonomia das escolas que se tornou objeto de várias pesquisas na área. A transição para esse novo percurso se volta para a gestão democrática, que ainda não ocorreu de fato e esbarra na resistência das muitas escolas que ainda não conseguiram desenvolver um entendimento, sobre essa gestão já instituída legalmente.

Assim, o problema de adaptação advém de todo um processo temporal de centralização da escola e que a tornou um espaço de dominação e segregação durante longos anos. Autores como Paro (2003) esclarece que parte das instituições de ensino que não conseguem aderir a essas mudanças, provavelmente, ainda mantém uma rigidez estrutural com cargos e funções bem definidos e tendo a figura do diretor vinculada à ideia de único cargo autônomo e, portanto, centralizador de poder, sendo isso, ainda fortemente internalizado por seus membros e instituído no imaginário social.

Partindo desse entendimento, o caminho percorrido até a legitimação da gestão democrática parte da superação do caráter burocratizador caracterizado por uma escola ainda centralizada em aspectos normativos, descontextualizados e distanciados de uma prática reflexiva e que reforça o caráter técnico dos profissionais da área da educação e contribuem para o posicionamento dos

mesmos, quanto a sua visão sobre as suas práticas. Diante disso, Paro (2003, p. 130) afirma que houve uma “hipertrofia” dos espaços escolares por conta desse excesso de normas. Esse entendimento pode explicar a dificuldade das instituições de ensino em implantarem a gestão democrática, pois, seus membros estão acostumados a seguir ordens, desconhecem sua potencialidade criativa e a sua autoridade enquanto formadores de práticas reflexivas dentro de um contexto vivenciado e dominado cotidianamente em seus diferentes aspectos na localidade em que vivem. Nesse sentido é que se encontra a verdadeira importância da descentralização, pois, se reconhece essas circunstâncias, até então, ignoradas e que dará a possibilidade da existência da autonomia escolar.

O desenvolvimento de uma escola não apenas voltada para o ensino de qualidade, mas também comprometida com a cidadania, o contexto político econômico da época e o início do entendimento de que a escola tem os seus objetivos voltados a um ensino de qualidade e que, ao mesmo tempo, desenvolve a cidadania constitui o novo foco das políticas educacionais do país.

Portanto, considera-se a descentralização uma importante contribuição para a autonomia da escola quando possibilita que a liberdade de decisão esteja presente em todos os sujeitos que a constitui. Nesse sentido, descentralizar é uma questão relativa, pois, o Estado ao delegar parte de suas responsabilidades a essas instituições não poderá se eximir de suas obrigações enquanto ente instituído constitucionalmente do compromisso de subsidiar a educação pública que se situa dentro do âmbito serviço público.

Então, o que se pretende com a descentralização é favorecer a autonomia necessária para que as instituições de ensino possam atender as comunidades em que se encontram, de forma mais eficaz, sem burocracia e que garanta um ensino mais coerente com a realidade local. Porém, essa maior autonomia diminui a possibilidade de controle pelos órgãos superiores da educação e coloca a escola com mais responsabilidades quanto a sua organização, gestão e direcionamento pedagógico-curricular, a partir disso é que se entende que essa autonomia deva ser vinculada a participação da comunidade escolar.

A gestão democrático/participativa surge da necessidade de uma escola mais independente e que precisa de uma nova estruturação não apenas em níveis administrativos, mas também de uma nova visão pedagógica onde os espaços pedagógicos ampliam-se para além da sala de aula e foge aos portões das escolas. Constitui-se nesse tipo de gestão uma redistribuição de responsabilidades, principalmente uma maior planificação do poder de decisão e exige uma melhor formação dos seus membros.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação traz nos princípios, o da gestão democrática, entendendo a escola como um espaço de troca, de interação e vivência, portanto, uma instituição com uma identidade própria que legitima e ao mesmo tempo constroem valores, hábitos, modos de pensar e agir. Atribuindo-se, a ela, não apenas o ensino do saber socialmente construído, mas também, o ensino da cidadania objetivando a transformação social. A partir disso, a escola passa a ser um campo de exercício das práticas democráticas, desenvolvendo espaços para a participação e estabelecendo ações planejadas para atender as necessidades da comunidade escolar e local.

O foco é o desenvolvimento da escola como uma sociedade em nível micro, que propicie a existência de valores, símbolos, linguagens, interações próprios daquele ambiente, ou seja, uma cultura própria, uma identidade. Para isso, a existência de um Projeto Político – Pedagógico, significa a construção de uma gestão democrático-participativa, pois, segundo Libâneo (2004) essa ferramenta fundamenta-se nos princípios básicos legais desse tipo de gestão, ou seja, a autonomia e a participação.

2.1 Projeto Político Pedagógico: ferramenta instituinte da democracia na escola

Tendo em vista que a escola é uma instituição social ativa e única como um espaço de troca, de interação, o PPP é um instrumento de planejamento capaz de indicar as intenções político-pedagógicas fundamentadas na realidade individual de cada escola, portanto, esse elemento trabalha diretamente com o exercício da

gestão democrática. Isso significa que o Projeto Político Pedagógico é uma ferramenta de planejamento própria desse tipo de gestão, pois nele estão inseridos seus princípios ao mesmo tempo em que se constitui elemento essencial para o planejamento participativo. De acordo com Pimenta (2002) o Projeto Político Pedagógico parte de uma construção coletiva que traduz os interesses e as intenções desse coletivo, interpretando a partir de um diagnóstico a realidade vivenciada e construída dia a dia e, portanto, mutável. Desse modo, o PPP nunca está, mas está sempre em construção.

Nesse sentido, a construção do PPP é a formulação de uma identidade e a afirmação de uma cultura organizacional. E por se tratar de um documento firmado pelo coletivo, expressando uma intencionalidade que imprime em suas metas o compromisso com o futuro, objetivando o vínculo da escola com a transformação social.

Tendo em vista sua complexidade e importância, o PPP deve ser instrumento de constante discussão no sentido de identificar as ações cumpridas e a necessidade de rever metas tornando-o assim um documento em movimento construído no ambiente escolar constantemente avaliado. Partido desse pressuposto, o Projeto Político-Pedagógico será trabalhado a partir da realidade escolar configurando-se, como afirma Sousa e Correia¹ (2002, p. 51), numa dialética de “continuidade-ruptura” que é fundamental para a sua funcionalidade, pois possibilita uma visão entre o que se é, e o que deve ser e o que se quer ser.

Esse diálogo só é possível se contar com a participação dos membros da comunidade escolar e local, representada por pais, professores, alunos, núcleo gestor, núcleo pedagógico e demais funcionários, potencializando a reflexão coletiva como fundamental para a reafirmação do princípio da autonomia, no exercício da sua função democrática e que influencia diretamente o trabalho escolar.

Nessa função democrática é que se explicita o papel político-social do Projeto Político Pedagógico. O democrático, neste caso, é na verdade a busca e a

¹ Essa concepção está vinculada a ideia de uma ordem capitalista que entende todos os problemas sociais não como consequência de uma sociedade estruturada na injustiça e desigualdade, mas como uma anomalia que pode ser exatamente resolvida e superada pelo uso de regras jurídicas-políticas próprias das organizações sociais.

construção constante da liberdade de escolha fundamentada na igualdade de direitos e oportunidades de participação.

Na prática isso significa que a democracia se edifica no conflito de interesses. E isso requer que o aspecto subjetivo do PPP deve ser observado, tanto em suas contribuições positivas quanto negativas, pois os sujeitos em coautoria desse projeto também incluem em sua participação seus anseios pessoais e suas histórias de vida.

Implica dizer que o Projeto Político-Pedagógico deve favorecer a prática do planejamento participativo, a existência da ação reflexiva, crítica que se constitui como afirma Gandin (1994, p. 36), a partir desse diálogo entre interesses, conflitos e desejos para responder as seguintes perguntas: “para quê” e “para quem”, para assim, saindo de um projeto operacional para se tornar um projeto político. Segundo o autor, esse caráter articulador implica em ressignificar e modificar a realidade existente em busca da construção de uma nova realidade.

A partir desse entendimento e com base no pensamento de Libâneo (2004, p. 152) são apontadas duas características importantes na construção do PPP:

Considera o que já está instituído (legislação, currículos, conteúdos, metas, formas organizativas da escola etc.), mas tem também a característica instituinte. A característica de instituinte significa que o projeto institui, estabelece, cria objetivos, procedimentos, instrumentos, modos de agir, estrutura, hábitos, valores, ou seja, institui sua cultura organizacional.

Essas características instituídas e instituintes do projeto servem tanto para reafirmar valores quanto para criar novos, na intenção de propor uma modificação da realidade daquele ambiente. Para isso deve-se colocar em questão o que se espera da escola que se organiza dia a dia nas ações dos indivíduos e, principalmente, considerando a função ela exerce na sociedade.

Nessa relação escola e sociedade Gandin (1994) afirma que são possíveis pensamentos diversos e destaca três deles: o primeiro é que a escola é responsável pelo bom andamento social; o segundo é de que a escola é um investimento que tem por finalidade o desenvolvimento social; e em terceiro é que a escola é um reflexo da sociedade atual. Todas de alguma forma estão corretas, mas o que se

deve levar em consideração é que a educação, de maneira geral, é parte do todo que seria a sociedade, havendo então, uma relação cíclica de interesses e contribuições.

Desse modo, observa-se que na construção do PPP o aspecto político aparece quando parte dessa relação entre a sociedade, a escola e os atores que nela se situam assumem o compromisso com a sua função social, ao mesmo tempo em que participam coletivamente expondo seus pontos de vista. No aspecto pedagógico, o que antes era apenas uma intenção agora ganha forma e se concretiza no fazer escolar, atenta-se para o entendimento de que o pedagógico não se limita a sala de aula, pois, entende-se que a escola em todos os seus espaços de convivência são de aprendizagem e formação.

Nesse sentido, a elaboração e a vivência constante do PPP propiciam o contato direto com a construção e vivência da democracia, pois, trata-se de um instrumento de planejamento e participação alicerçado no princípio da autonomia, estes propiciam a existência dos princípios da igualdade e liberdade fundamentais para o exercício da democracia.

3. A manifestação do Projeto Político Pedagógico no interior da escola

Este trabalho foi desenvolvido, tendo como campo empírico uma escola pública de tempo integral da zona norte de Teresina, que possui quase 700 alunos, atendendo nos níveis de fundamental menor e maior no período integral, ensino médio regular e EJA no período da noite, sendo desenvolvido a partir de uma entrevista com a diretora efetiva dessa instituição.

Na busca por uma compreensão sobre a realidade da escola pública no que diz respeito a operacionalização do Projeto Político Pedagógico fez-se necessário uma breve entrevista com a diretora de uma escola da rede, que será identificada por nome fictício de Flor. A conversa foi baseada em dois questionamentos conforme já destacados anteriormente.

Ao responder, a primeira questão, a diretora se expressa de forma limitada sobre o que é o Projeto Político Pedagógico, quando afirma que este [...] é o

documento necessário para que a escola possa registrar as suas metas que a gente precisa alcançar [...], no entanto, ele vai além de um registro documental. Sousa e Corrêa (2002) descrevem o PPP como elemento organizador e integrador das práticas cotidianas da escola, ou seja, o projeto não se limita a uma proposta de metas, estas precisam estar articuladas com práticas viáveis para sua execução e somente assumindo esse papel articulador consegue imprimir um caminho para a transformação das ações de seus atores. Portanto os elementos presente no PPP devem levá-lo para uma intervenção direta na realidade escolar.

Flor expõe, ainda, uma realidade muito comum da escola pública quando fala que essas metas surgem a partir [...] *de índices, que a gente tem que fornecer dados estatísticos para estar trabalhando, hoje o IDEB é o foco.* Para criar uma base de análise, devemos pontuar que o Índice de Rendimento da Escola Básica – IDEB é usado como parâmetro oficial de qualidade do MEC e empregado para definir o direcionamento dos investimentos financeiros e nas políticas públicas nacionais. Cabe colocar aqui sua importante contribuição quando propicia a existência de um parâmetro nacional de qualidade, no entanto, este recebe críticas bastante significativas dentre elas estão a elaboração de um ranking de escolas e o uso de testes específicos em apenas duas áreas: português e matemática.

Os dois elementos críticos, acima citados podem induzir a um processo de concorrência interna e entre as escolas. Nesse sentido, a existência do *ranking* pode levar uma ideia de culpa exclusiva da escola diante do seu baixo rendimento, ao mesmo tempo criando certa desvalorização destas quanto às demais e enunciando ao que Paro (2003, p. 125) entende como um caráter ainda conservador da administração escolar, tendo em vista que

No contexto dessa concepção dominante, ¹ é comum atribuir-se a todo e qualquer problema uma dimensão estritamente administrativa, desvinculando-o do todo social no qual têm lugar suas causas profundas, e enxergando-o apenas como resultante de fatores como a inadequada utilização dos recursos disponíveis, a incompetência das pessoas e grupos diretamente envolvidos, a tomada de decisões incompatíveis com seu equacionamento e solução.

Nesse sentido, entende-se que a escola é um espaço de luta social, nunca neutro e, portanto, essencialmente subjetivo que naturalmente vincula a sua identidade aos interesses e perspectivas dos indivíduos que a constroem. As instituições de ensino ao se ligarem a esta concepção dominante perdem todo o foco do seu papel social, quanto a uma formação globalizante e cidadã e que o autor entende ser de difícil identificação e mensuração.

10

Quanto à exclusividade da avaliação nas áreas de português e matemática, pode fazer surgir uma tendência a valorização do ensino dessas duas áreas em detrimento de outras de fundamental importância, nessa perspectiva deve-se considerar que aspectos subjetivos de ensino-aprendizagem que preconizam a formação de um indivíduo histórico-crítico que podem não estar visíveis nessa avaliação estatística. A LDB em seu segundo artigo entende que a educação tem por finalidade a formação plena do educando para sua qualificação profissional e o preparo para o exercício da cidadania.

A partir disso, instituir o IDEB e demais meios estatísticos como foco das metas do PPP pode pormenorizar outros modelos de avaliação significativas e desarticular as metas das reais necessidades da escola. Esses pontos retificam a importância de uma gestão democrática que exercite em seus espaços o trabalho de estudo e discussão ampla e permanente entre todos os segmentos da escola para que se reconheça, entenda e interprete a importância, as limitações e os reais pontos considerados pelo índice da escola básica em sua avaliação. Portanto, uma gestão democrática, articulada com seus membros, consegue construir o PPP dentro de uma realidade que capte as expectativas nacionais e as traduzam e as integrem as necessidades locais, tendo em vista a finalidade da educação nacional proposto pela LDB. Em outro momento de nossa conversa Flor constrói uma imagem mais prática dessa ferramenta quando afirma *que*

[...] todas as ações que a gente está fazendo devem estar centralizadas, ou seja, contextualizadas na proposta pedagógica, se as coisas não andam bem, se a estrutura da escola não anda bem, se a qualidade do ensino não está bem, se a questão administrativa não anda bem, a gente tem de estar replanejando essas para a gente estar melhorando. A proposta pedagógica deve atender a tudo que a escola precisa estar melhorando.

Em seu discurso podemos apontar para momentos de análise sobre o trabalho desenvolvido na escola, mesmo porque, essa instituição desenvolve muito dos projetos provenientes do governo federal. Outros pontos abordados, é que ela descreve noções sobre diagnóstico e (re) planejamento. Essas características se encaixam em algumas das funções do planejamento escolar abordadas por Libâneo (2004), quanto ao diagnóstico e análise da realidade escolar; definição de objetivos e metas; determinação das ações a serem desenvolvidas em função de prioridades; e a avaliação dos processos e resultados.

Quanto à segunda pergunta, a diretora afirma que

Sim, é importante até mesmo porque nós temos o conselho escolar que é um órgão deliberativo onde os membros do conselho escolar eles fazem parte do todo corpo da escola, onde a presidente que é a diretora, a secretária é professora, tem o representante dos professores, tem a tesoureira que é da comunidade, e tem a representação dos pais [...].

No entanto, esse Conselho por si só não garante a participação efetiva dos membros da escola, mas contribui para uma troca de opiniões dentro desse espaço. Logo adiante ela fala que

[...] quando você insere toda legalidade que uma escola precisa para se desenvolver e funcionar é porque você está mostrando e apostando no potencial daquele pessoal.

Observa-se em seu discurso, uma noção de transparência, mas num sentido exclusivo quanto a legalidade existente na criação do projeto físico, no entanto Veiga (2008) esclarece que essa mesma transparência só será assegurada através da participação efetiva dos membros dos diferentes grupos colegiados presentes na escola. O ponto relevante é quando Flor destaca a existência de uma aposta nas potencialidades do seu pessoal, não somente nesse momento, adiante, ela, novamente, retoma essa ideia de que

A gente chega na escola, encontra a escola ruim das pernas, encontra uma situação difícil e vem trabalhando aos poucos, apostando no potencial do aluno, apostando no potencial do servidor, apostando no compromisso de todos pra que a gente possa estar atingindo essas metas.

No entanto, apesar de afirmar apostar no potencial da escola a diretora Flor expressa que: *Essas metas, elas não são fáceis de se atingir. O trabalho de uma escola ele é muito árduo porque você lida com tudo [...]*, ou seja, ela ainda não conseguiu articular o seu papel gestor dentro de uma perspectiva democrática, porquanto esta visão tem como base não apenas a participação, mas o trabalho coletivo que permita que o trabalho da escola seja amplamente redistribuído. A partir daí, configura-se o Ela, afinal, atribui para si boa parte das dificuldades desse trabalho que muitas vezes estão além do seu controle e que por várias vezes impossibilita a existência dessa função articuladora que assuma o trabalho exigido na gestão democrática. Esse cenário é caracterizado por Bastos (2002, p. 9):

De um lado os déficits históricos da escola, exigindo uma participação intensa de todos para que a escola funcione, e do outro imposição das secretarias de educação com métodos, processos e técnicas administrativos, em função da Lei da Autonomia, como condição para o repasse das verbas para a manutenção da escola.

Dessa forma entende-se que a escola vive uma dualidade constante, pois se por um lado a LDB e a Constituição Federal entendem a gestão democrática como essencial para desenvolver um trabalho político-pedagógico de qualidade, por outro as entidades políticas reforçam a ideia do controle de qualidade total, essa excessiva imposição de métodos, controles e técnicas que obrigam o diretor a assumir um papel de prestador de contas e exercendo ações fundamentalmente administrativas fazem com que os diretores percam a visão do todo reafirmando uma ideia centralizadora dos sistemas. Nessa perspectiva, Sousa e Corrêa (2002) sinalizam que a construção do PPP deve ter um sentido dinâmico, participativo que se reconfigure constantemente em direção a sua função instituinte para que a escola supere a “autonomia decretada” e passe a ter uma “autonomia construída”.

A compreensão do papel do diretor da escola dentro da gestão democrática também pode contribuir para a superação desse cenário. Nesse sentido, Libâneo () aponta diferentes fatores que contribuem para o exercício da direção, como: a delegação da autoridade; a responsabilidade as decisões e as tarefas; a capacidade

de decisão com base nos planos e projetos definidos e estabelecidos com a participação de todos; a disciplina para compatibilizar sua individualidade com o seu papel profissional; e a iniciativa para encontrar soluções viáveis aos imprevistos. Mas, neste caso, a delegação da autoridade seria bastante adequada, pois se há a necessidade de que o diretor arque com funções fora do espaço escolar a redistribuição de funções juntamente com o trabalho coletivo podem diminuir essa pressão do diretor em assumir tudo e todos como parte das atribuições do seu cargo.

Tendo em vista as respostas da diretora observa-se a compreensão de que o PPP é um instrumento de planejamento da escola, ao tempo em que reconhece que o mesmo tem importância e utilidade no fornecimento dos serviços oferecidos pela escola, esse compromisso se apresenta no momento em que a diretora afirma replanejar para estar melhorando. Quanto a participação dos membros da escola e da comunidade ela afirma ter a presença de todo na reunião do conselho, aponta também para o compromisso da escola com o potencial dos seus membros.

Por fim, é importante frisar que durante a segunda pergunta o desenrolar da resposta não deixou claro a importância nem a contribuição exata do conselho na construção do PPP. No entanto, a existência do conselho não garante a participação efetiva dos membros da escola, pois o trabalho de construção do PPP é amplo e não está limitado ao planejamento, mas também a existência de um trabalho coletivo que possibilitará a sua execução.

4 Considerações finais

Tendo em vista que a gestão democrática se baseia nos princípios da autonomia e da participação, a escola necessita de diferentes espaços e ferramenta que possibilitem um trabalho vinculado a eles. O Projeto Político Pedagógico é, pois, uma das ferramentas que nesse tipo de gestão que possibilita o exercício desses princípios. Não obstante, esse projeto também permite o exercício de práticas democráticas quando reúne todos os membros da comunidade escolar e local para

participar e inserir, em sua construção, diferentes concepções e intenções pessoais que sejam relevantes ao planejamento escolar.

Na entrevista com a diretora foi possível observar algumas noções sobre este instrumento, no entanto, destacamos ainda aspectos voltados para a prestação de contas. Outro ponto importante é a existência do conselho escolar, mas, como já dito anteriormente, somente a sua existência não garante o exercício da gestão democrática e muito menos a efetiva participação da escola e da comunidade local no PPP.

Portanto, não foi possível confirmar, pelo menos nesta escola, a existência de práticas democráticas vinculadas à efetiva construção e operacionalização do PPP. Visto que esse só contribui efetivamente quando dentro de uma gestão realmente democrática. Para isso o trabalho desenvolvido na gestão democrática deve ser desenvolvido dentro de um ambiente onde os princípios da autonomia e participação coexistam possibilitando as práticas necessárias uma organização da estrutura política e pedagógica que possibilitem uma identidade democrática.

Referências

ALONSO, Myrtes. **O trabalho coletivo na escola**. In: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Formação de Gestores Escolares para a Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação. PUC-SP, 2002. p. 23-28.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

LIBÂNEO, José Carlo. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Revista e ampliada – Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. 12. ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da escola**: Uma construção possível. Campinas, São Paulo: Papirus. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). 24. ed. 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Gestão da escola**: desafios a enfrentar / Claudia Davis... [et al.] Rio de Janeiro: DP&A, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2019.

ⁱ **Neide Cavalcante Guedes**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6801-3922>

Universidade Federal do Piauí

Professora Associada da Universidade Federal do Piauí. Líder e Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Formação, Avaliação, Gestão e Currículo – NUFAGEC. Membro da Associação Brasileira de Currículo - ABdC.

Contribuição de autoria: A autora idealizou o projeto e desenvolveu todo o estudo e sua escrita

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5201039816989812>

E-mail: neidecguedes@hotmail.com

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

GUEDES, Neide Cavalcante. A importância do Projeto Político Pedagógico no processo de democratização da escola. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2021.